

OS BRICS E A RECOMPOSIÇÃO DA ORDEM GLOBAL: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

Emerging Powers and the Remaking of Global Order: The
Brics and its Strategy of International Insertion

Hermes Moreira Jr.¹

INTRODUÇÃO

As transformações do cenário internacional nos últimos anos têm gerado amplo debate sobre a possibilidade de constituição de uma nova ordem global. As discussões sobre a capacidade de influência dos países e sobre a posição que ocupam hierarquicamente no globo, além das discussões sobre hegemonia e polaridade dentro do sistema internacional, têm provocado uma diversidade de opiniões que evidenciam a transitoriedade do momento histórico atual.

Logo, essa sensação é intensificada pelo desgaste da imagem dos Estados Unidos nos anos 2001-2008, sobretudo no campo político, e simultâneo fortalecimento, por meio de novos arranjos estratégicos associados a elevadas taxas de crescimento econômico, de economias emergentes procedentes do chamado mundo em desenvolvimento. Frente a este processo de contração e declínio relativo norte-americano, China, Rússia, Índia e Brasil, que despontam como principais economias emergentes, visam estabelecer novas formas de inserção internacional e criar espaços de atuação cada vez mais consistentes dentro da dinâmica das relações internacionais contemporâneas.

A proposta de análise ao longo deste ensaio é a de indicar quais as opções e estratégias adotadas por China, Rússia, Índia e Brasil para ganhar espaço e reunir

¹ Professor de Relações Internacionais FADIR/UFGD. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para o Estudo dos Estados Unidos INCT-INEU. (hermesmoreira@ufgd.edu.br)

condições de contrabalançar, regionalmente nos casos brasileiro e russo, e globalmente no caso chinês, a hegemonia e os interesses norte-americanos, bem como garantir a hegemonia regional e alcançar definitivamente influência global optando pela não confrontação com os Estados Unidos, adotando um “alinhamento pragmático” no caso da Índia. Opções em grande medida favorecidas pelo contexto de crise do projeto norte-americano, intensificado nos anos 2000 durante o Governo de George W. Bush, e evidenciado pela vulnerabilidade dos sustentáculos da economia do país diante da crise financeira de 2007-2008.

O DESGASTE DA HEGEMONIA AMERICANA E A ASCENSÃO DE NOVOS PÓLOS DE PODER

Desde sua ascensão à condição de líder do sistema, os Estados Unidos tem sua política externa orientada pelo seu liberal *commitment*, e pelo seu objetivo de construir e sustentar uma ordem internacional repousada sobre um conjunto de regimes e instituições regionais e globais consagradas pela aceitação coletiva, tanto no campo da segurança e do desarmamento, como no do comércio e dos investimentos. Não obstante, Buzan (2007) afirma que já algumas vezes ao longo dos anos 1990, mas principalmente desde 2003, os Estados Unidos tem se tornado o inimigo do seu próprio projeto do século XX. Eles têm, segundo o autor, rejeitado, gradativamente, o comprometimento com o multilateralismo, perdendo seu espaço de líder, o que tem destruído a confiança de décadas anteriores e corroído a lealdade de muitos de seus seguidores e demais mantenedores da ordem internacional.

O início da guerra contra o terror foi responsável por romper o consenso existente em relação a essa ordem internacional, pois os Estados Unidos deixaram de prestigiar os mecanismos internacionais que garantiam participação de outros membros da comunidade internacional, ainda que isso não impusesse ao país a perda do controle ou influência sobre os chamados “aparelhos ideológicos” produtores de valores e normas. Com efeito, as transformações domésticas e internacionais conduzidas pela revolução estratégica adotada pelos neoconservadores acabaram impondo-lhes constrangimentos estruturais. Além de aprofundar um processo de desconstrução

hegemônica, gerou desconfiança em relação à capacidade norte-americana de sustentação da ordem internacional, proporcionando a configuração de novas dinâmicas de equilíbrio regional e global.

Concomitante à existência de um desgaste na hegemonia americana, o processo de ascensão de novos pólos de poder ocorre devido à consolidação de países que não podem mais ser classificados de acordo com o antigo arranjo da Guerra Fria. Na avaliação de estudiosos de diversas correntes e origens como Ikenberry e Wright (2008), Arrighi (2008), Zakaria (2008), Khanna (2008), Narlikar (2007), Hurrell (2006), Vizontini (2006), Buzan (2004), os pólos emergentes nessa nova ordem internacional tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais. Portanto é possível identificar, como faz Pecequillo (2008) a ascensão de “ensaios de coalizão anti-hegemônica”. Além do declínio econômico proporcionado pelo aumento do número de competidores, da perda da credibilidade associada à aplicação de uma doutrina preventiva e unilateral, e do não funcionamento regular das instituições criadas no pós-1945, pode-se observar a emergência de alianças que pretendem contrabalancear o poder hegemônico dos Estados Unidos.

Essas coalizões visam agregar poder e compartilhar benefícios e vantagens comparativas que estes Estados possuam, atuando em conjunto com o intuito de apresentar projetos alternativos e contrabalancear o poderio norte-americano através de posições em temas concentrados e com objetivos específicos. E são exatamente as chamadas potências emergentes que têm capitaneado esse processo.

China e Índia têm se destacado pelos altos índices de crescimento econômico nas duas últimas décadas, enquanto que a Rússia vem apresentando uma vigorosa recuperação a partir de final dos anos 1990 (ZAKARIA, 2008; COLIN, 2007; NARLIKAR, 2006; TODD, 2003). Além disso, esses países se tornam referência nas análises de coalizões anti-hegemônicas devido à sua atuação regional, que aglutina medidas de desenvolvimento econômico e de reposicionamento estratégico. Complementar a esse movimento no oriente se desenvolve um novo eixo de cooperação

ao Sul, sobretudo com o fortalecimento de dois Estados popular e territorialmente importantes, e que nos anos recentes têm conhecido importante desenvolvimento econômico: Brasil e África do Sul. Cada vez mais esses países têm despontado como potenciais líderes regionais, angariando respaldo político e institucional junto a alianças regionais para se lançar na política global.

Desse modo, China, Índia, Rússia, Brasil e em um grau cada vez mais importante também a África do Sul, despontam, hoje, como atores fundamentais nos novos arranjos políticos internacionais. Alianças como o BRICs, o IBAS, a OCX, ou coalizões no âmbito de instituições multilaterais como a OMC e o G-20 fazem desses países “competidores estratégicos” (RICE, 2008) dos Estados Unidos. Dessa forma, novas alternativas passam a se constituir no ambiente da ordem hegemônica norte-americana.

A ASCENSÃO DA CHINA AOS OLHOS DO MUNDO

A China passou por uma transformação estrutural nas últimas três décadas. Apresentando uma taxa de crescimento econômico anual em torno de 10%, o país foi alçado à condição de uma das principais potências globais, com projeções de disputar a liderança econômica do sistema já nos próximos anos (O’NEILL, 2007). Esse movimento foi estimulado pela nova estratégia de inserção global adotada pelo governo chinês baseado no potencial de sua indústria no comércio internacional.

Desde os anos de Mao Tse Tung, o país tem focado em um forte desenvolvimento de seu parque industrial, estratégia que somada ao seu grande potencial relativo de recursos naturais e à abundância de mão-de-obra foi responsável pela expansão do produto interno bruto chinês (PIRES, 2005)². As reformas econômicas

² É necessário destacar que entre os anos de 1958 e 1960 *Mao Tse Tung* buscou aplicar o que chamara de novas experimentações socialistas na China, sobretudo com a política do “Grande Salto para Frente”, que visava tornar a China um país auto-suficiente, gerando sobressaltos em seu processo de industrialização. Não obstante, as dificuldades encontradas pelo distanciamento das relações com a URSS e seu isolamento diplomático, além da baixa adesão de setores da população e da burocracia estatal, levaram a uma crise social e econômica que matou milhões de chineses nesse período. Como resposta ao descontentamento popular, Mao apostou em uma campanha anti-revisionista afastando do governo líderes moderados e ampliando o poder dos radicais, dando início a um processo denominado “Revolução Cultural”,

encaminhadas sob a liderança de Deng Xiaoping ao final dos anos 1970 foram responsáveis por acelerar o desenvolvimento econômico da China e conduzir o processo de modernização do país. Valendo-se do pragmatismo característico do socialismo chinês, o estabelecimento de “Zonas Econômicas Especiais” possibilitou uma abertura econômica parcial ao capital externo e investimentos de empresas multinacionais em áreas consideradas estratégicas pelo governo (SHENKAR, 2005).

Ao elevar os patamares do crescimento, essas mudanças proporcionaram inovação e desenvolvimento tecnológico, e conseqüentemente estimularam a expansão da participação chinesa no comércio internacional. Além disso, ampliaram a capacidade de seu Poder de Paridade de Compra, realçando a importância do consumo chinês tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional. Em relação a este último, deve ser ressaltada a importância do desenvolvimento e aprimoramento do comércio exterior e dos produtos alvo do mesmo para o crescimento econômico chinês.

Com o desenrolar da década de 1990, sua capacidade produtiva instalada somada à abertura dos canais de comércio fizeram a China despontar como grande plataforma global de exportações. Desde então, passou a registrar constantemente balanças comerciais superavitárias e vigoroso desempenho econômico, e impulsionou o comércio global ampliando sua demanda por produtos primários para seu enorme mercado de consumo interno. A China, com isso, tem substituído em muitos países africanos e latino-americanos seus principais e tradicionais parceiros comerciais, Estados Unidos e União Européia.

Ademais, além de expandir seu foco de atuação no comércio global a China tem investido no processo de internacionalização de suas corporações estatais, as quais passam a atuar como importante investidor estrangeiro nesses países em desenvolvimento através da instalação de filiais de suas principais empresas. Estas filiais interagem em países detentores de recursos estratégicos e *commodities*, e possuidores de grandes mercados consumidores (IPEA, 2010). Por intermédio dessa

ampliando conflitos políticos internos e perseguição a opositores e intelectuais, contribuindo para o aprofundamento das condições de instabilidade econômica e social do país.

maior participação chinesa no comércio mundial, o país passou a adquirir relevância política e econômica em outros ambientes para além do seu entorno asiático (LIANG, 2007). Assim, passou a influenciar mercados e governos tanto através de suas corporações como por meio de políticas governamentais de assistência para o desenvolvimento, principalmente em áreas de infraestrutura.

Para subsidiar esse movimento, o governo chinês se empenhou em um processo de reformulação de sua diplomacia pública, incentivando agentes governamentais e grupos da sociedade civil a se envolver em redes globais, criando uma nova dinâmica para as relações exteriores chinesas (D’HOOGHE, 2007). Fortalecendo o exercício da cooperação e do desenvolvimento em busca de uma sociedade e de um mundo mais harmonioso, a nova diplomacia pública da China enfatiza princípios de convivência internacional baseados no multilateralismo, buscando se contrapor, a fim de ganhar espaço, ao modelo recente adotado pelos Estados Unidos.

Dessa forma, faz parte do seu novo discurso diplomático a busca pela promoção de um “novo conceito de segurança que tem como conteúdo principal a confiança mútua, o benefício recíproco, a igualdade e a colaboração” (ZHAOXING, 2004). Nessa perspectiva, a China passa a participar de ações de desenvolvimento e cooperação em âmbito regional e global.

A presença de mais um forte consumidor de matérias-primas e grande produtor de bens de capital no mundo tende a gerar importantes impactos na ordem global. Mais ainda ao articular as duas esferas, consumo interno e comércio exterior, a uma projeção de seu *soft power* via ações de cooperação e investimento para o desenvolvimento, visando obter vantagens políticas e estratégicas no novo arranjo político global.

A REAFIRMAÇÃO RUSSA

A Rússia está começando a emergir de um decênio de desordem motivada pelo abandono de um regime comunista e a se tornar um ator importante para o equilíbrio entre as potências. Na era Putin é que desponta a resolução dos mais graves e importantes problemas da vida social e econômica russa, aprofundados após a anarquia social e econômica que sucedeu o processo de transição comunismo/mercado.

A despeito de possuir altas taxas de homicídios e suicídios, baixa expectativa de vida, taxas de mortalidade infantil incompatíveis com países de primeiro mundo, taxa de natalidade baixa e decréscimo populacional, a sociedade russa é provida de alto nível educacional. Ademais, a economia russa, atualmente, tem assistido a um crescimento do PIB, a partir de 1999, impulsionado pelas exportações no setor energético e pela retomada da indústria pesada. A valorização e altos preços internacionais do gás e do petróleo são favoráveis para a atual dinâmica da recuperação russa.

Para Todd (2003), a Rússia trilha o caminho do retorno à condição de grande potência e referência estratégica internacional, e busca a retomada da sua esfera de influência, com um novo estilo de domínio, que não o habitual e tradicional, mas sim se tornando um modelo para a região. Os problemas da superextensão imperial soviética, na segunda metade do século XX, caracterizaram o novo *status* da Rússia no pós-Guerra Fria como ator relevante porém não determinante ou decisivo na política internacional (COLIN, 2007). Desse modo, luta por uma situação de multipolaridade no sistema internacional como melhor oportunidade de avançar e salvaguardar seus interesses.

Colin ainda aponta que os grandes desafios da Rússia nesse início de novo milênio seriam: 1) a unificação da Europa, dotando-a de mais poder; 2) a ascensão de potências concorrentes, como a China e a Índia; 3) a proximidade a países fracos e politicamente instáveis, ligados ao mundo islâmico; 4) evitar um isolamento que leve à marginalização econômica, tecnológica e militar russa. Porém, seu maior desafio estaria na manutenção das relações com os Estados Unidos, interessados em frustrar a estratégia russa (MACFARLANE, 2006). Por isso, a atual política externa russa define seus objetivos e métodos com base no interesse nacional, doméstica e externamente, buscando evitar o condicionamento a pressões externas, sobretudo na estrutura unipolar que tende a ameaçar os interesses russos.

Em discurso para a Assembléia Federal, no ano de 2002, o presidente Vladimir Putin explicitou a doutrina estratégica russa, a qual indicava que a Política Externa da Rússia seria organizada sob um viés chamado por ele de “caminho estritamente pragmático”, baseado em suas capacidades e interesses nacionais: estratégico e militar,

econômico e político, cujas iniciativas de Política Internacional do Kremlin seriam baseadas em uma assertividade renovada e independência em assuntos de sua agenda interna/externa.

Portanto, na atual estratégia russa, a força militar ainda recebe atenção importante. Considerada um fator determinante para sua inserção autônoma e soberana, deve passar por reformas que visem um processo de modernização, sobretudo pelo fato de funcionarem como importante suporte econômico do país. Ademais, devido ao fortalecimento econômico dos últimos anos, o volume de investimentos do país no exterior também tem funcionado como importante componente da política externa russa. As empresas do setor energético possuem destaque central nesse processo, lembrado o 2º lugar na exportação mundial de petróleo e 1º lugar na exportação de gás.

O espaço pós-soviético, chamado por Moscou de “Exterior próximo”, é a área onde a Rússia possui aspirações hegemônicas em âmbito regional, o que alguns autores chamam de “doutrina eurásiana” ou ainda “geopolítica eurásiana”. Lilia Shevtsova (2007) explicita que os desafios e dinâmicas da região a transformaram em palco de disputas entre os EUA, União Européia e a China. Tornando tenso e conturbado o movimento de alinhamento e autonomia russa em relação às grandes potências globais.

O PAPEL DA ÍNDIA NA ORDEM DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

A Índia continua em busca de garantir a hegemonia regional e alcançar definitiva influência global (GANGULY, 2010). Para tanto, o fortalecimento dos laços com os Estados Unidos se torna determinante para sua condição de participante de primeira classe na cena mundial. Muitos dos aspectos tradicionalmente reconhecidos na postura internacional indiana, desde os tempos de líder dos países não-alinhados, continuarão marcando suas opções na política internacional contemporânea. Porém sob nova roupagem, uma vez que, além dos fatores demográficos que sempre caracterizaram a centralidade na condição geopolítica do país, agora há também o peso econômico e novas dimensões de poder político e militar.

Ademais, a percepção de novos e importantes centros de poder global é tida diante de um cenário desfavorável aos Estados Unidos. Esse é o outro campo de ação

identificado pela política externa indiana. No caso da Índia, o avanço nos fóruns de cooperação Sul-Sul, como G-20 e IBAS, e a construção de suas próprias alianças têm conferido cada vez mais autonomia a sua atuação internacional.

No entanto, com o intuito de também responder a esta transformação, os Estados Unidos tem investido em novas formas de atuação e em novas alianças. Ou seja, para contrabalancear o desgaste da Doutrina Bush, a potência hegemônica investe em diálogos bilaterais. E esse comportamento, de ressaltar a importância das novas potências articulando relações bilaterais e buscando fragmentar os espaços de resistência criados se reafirma no governo Obama.

Nesse intento, as relações indo-americanas devem determinar o futuro da Ásia e os novos equilíbrios da política mundial. Isso coloca a Índia como um dos grandes parceiros estratégicos dos Estados Unidos, pois além do prestígio na reconstrução da imagem do país essa cooperação é essencial para a garantia dos interesses norte-americanos na região, sobretudo na guerra contra o terror e na nova acomodação geopolítica no continente asiático, tentando construir e garantir uma influência essencial para a sua grande estratégia regional e mundial, principalmente de manutenção do acesso aos recursos energéticos fósseis.

Por outro lado, a importância do papel da Índia no sistema internacional por meio do reconhecimento dos Estados Unidos pode ser entendida, também, pelo peso que Nova Déli sente em relação à responsabilidade internacional. Por isso, Mohan (2010) argumenta que o posicionamento da Índia hoje se deve a sua postura na construção dos regimes nucleares globais, ou seja, ao fato de ter se declarado uma potência nuclear responsável. Para o autor, isto contribuiu para a abertura das negociações “dolorosas” com os Estados Unidos entre 2005 e 2008, que se ampliam a partir das estratégias de segurança de 2002 e de 2010, e pelo anseio cada vez maior de aprofundar as parcerias como países aliados, vislumbrado a partir da assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Nuclear Civil (PANT, 2011).

A Índia pode vir a se consolidar como potência no século XXI, mas ainda padece frente a vulnerabilidades internas e conflitos regionais que precisam ser superados. Todavia, as experiências de equilíbrio de poder da qual a Índia tem feito

parte favorecem a sua ascensão concomitantemente ao declínio de poder relativo da potência hegemônica americana. Como explicitado, garante à Índia, através de sua política externa pendular e pragmática, ora privilegiando as relações com o Norte, ora as relações com o Sul, adquirir papel de proeminência no cenário internacional contemporâneo.

O LUGAR DO BRASIL NA NOVA ORDEM EM FORMAÇÃO

Taxado durante décadas como “país do futuro”, para muitos analistas o início do século XXI representa o momento de afirmação do Brasil como uma das principais potências do cenário internacional (BANDEIRA, 2006; LIMA e HIRST, 2006; FLEMES, 2010; HAKIM, 2010; HURRELL, 2010; SOTERO, 2010). Com instituições democráticas consolidadas, economia estabilizada, abundância de recursos naturais e desenvolvimento social em evolução, o Brasil apresenta as características necessárias para ocupar o espaço que lhe é desejado há muitas décadas.

Após uma conturbada readequação do projeto de desenvolvimento e planejamento na transição do regime militar para o período democrático, apenas sob o mandato de Fernando Henrique Cardoso que os formuladores da política externa brasileira conseguiram concentrar o foco na agenda do país e voltar a trabalhar de forma independente pelo desenvolvimento nacional. Na nova coordenação da política externa inicia-se um movimento de reorientação da agenda brasileira em direção a uma política internacional proativa. De acordo com essa visão, “a autonomia [...] não significa mais ‘distância’ dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. [...] A autonomia se traduz por participação.” (FONSECA Jr., 1998).

Entendia-se que um ambiente mais institucionalizado, capaz de respeitar as regras da política internacional, inclusive por parte dos Estados mais poderosos, seria favorável aos interesses brasileiros. Assim, o país teria condições de ampliar sua capacidade de resolução de problemas por meio da adesão ativa aos regimes e às normas internacionais. Mas enquanto isso, o Brasil continuava a encontrar dificuldades no âmbito bilateral, conhecendo um declínio nas relações com seus principais parceiros: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Apesar disso, tentava um maior engajamento

com novos parceiros França, Espanha, Portugal, Rússia e China, e buscava fortalecer acordos regionais. A diplomacia brasileira se esforçava para efetivar a consolidação da integração sul americana via MERCOSUL, bem como participava ativamente das discussões sobre a ALCA (CERVO; BUENO, 2003).

Tentava ainda negociar com blocos econômicos de outras regiões para equilibrar sua deficitária balança de pagamentos. Todavia as limitações do mercado doméstico e o instável contexto do sistema financeiro internacional fragilizou a estratégia brasileira de inserção internacional baseada na premissa que ficou conhecida por “autonomia pela integração” (VIGEVANI; OLIVEIRA, 2003). Devido aos constrangimentos institucionais de regimes e normas internacionais que regulavam as ações e políticas do país e à vulnerabilidade e dependência do capital especulativo de curto-prazo, o governo brasileiro era acusado de se submeter aos interesses das potências centrais o que ampliava a pressão por uma reformulação na sua atuação internacional.

Assim, a partir de 2002 foram feitos esforços para restaurar as políticas industriais e tecnológicas do Brasil. Foi elaborado, pelos Ministérios de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Fazenda e do Planejamento, um roteiro para uma agenda de desenvolvimento. Que consistia na priorização de três políticas públicas: o crescimento e expansão do sistema de infraestrutura nacional; o crescimento eficiente do setor produtivo, em especial o de bens comerciáveis; e a inovação da capacidade das empresas com maior orientação à exportação (NASSIF, 2007). Ademais, é impulsionada a promoção de parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas, incentivando inovação em ciência e tecnologia.

Buscando tornar efetiva essa reformulação na orientação estratégica da política externa brasileira a diplomacia do governo de Fernando Henrique Cardoso passou a intensificar relações com os chamados países emergentes, principalmente nas esferas institucionais multilaterais, como a OMC e a ONU (OLIVEIRA, 2005)³. Este processo

³ De acordo com Vizentini (2005), ainda que timidamente, FHC em seu segundo mandato adotou uma postura mais crítica em relação à globalização e à ALCA, como é possível verificar em seus discursos com relação à chamada globalização assimétrica. Fortaleceu também parceria com Índia e África do Sul

foi prontamente aprofundado pelos formuladores da política externa do governo Lula da Silva a partir de 2003.

Todavia, a opção escolhida pela diplomacia de Lula visava uma reinterpretação do multilateralismo galgado pela política externa brasileira nos últimos anos. Dois vetores passam a ser o foco da estratégia brasileira: um movimento de libertação dos constrangimentos impostos pelas instituições internacionais ao desenvolvimento nacional autônomo; e a diversificação das parcerias políticas e comerciais brasileiras, priorizando o mundo em desenvolvimento.

Ganha corpo, então, a estratégia de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Diversificação das parcerias, coalizões, alianças e relacionamentos comerciais, políticos e estratégicos. Assim, se faz a opção brasileira pela conformação do IBAS, pela organização do G-20 no âmbito da OMC, pela constituição do G-4 em prol da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas, sobretudo pela aproximação com os países Árabes, Africanos e pelo ímpeto em efetivar a integração sul-americana e dinamizar as relações dentro do MERCOSUL. É a partir do eixo “terceiro-mundista” da política externa brasileira que se revelava a busca por benefícios estratégicos.

O fortalecimento do eixo Sul-Sul ganha fundamental importância estratégica a partir da diplomacia brasileira de estreitamento das relações e da aproximação comercial com parceiros da América do Sul, África e da Ásia (GUIMARÃES, 2005). Também descrita pelo termo cooperação Sul-Sul, essa nova articulação internacional se soma àquela voltada aos grandes países emergentes, no caso China, Rússia, Índia e África do Sul, que juntamente com a busca por cooperação econômica e comercial é fundamentalmente relevante por seus aspectos propriamente políticos (VIGEVANI; RAMANZINI, 2009). Com opções estratégicas semelhantes, estas economias emergentes compartilham desafios comuns, cujas saídas são encontradas através da aproximação e de alianças com outras potências regionais para barganhar em diversas

no Contencioso da OMC sobre patentes farmacêuticas (OLIVEIRA; MORENO, 2007). Ademais, o Brasil teve papel de destaque com sua participação na missão de paz da ONU no Timor leste durante o período de transição daquele país entre 1999 e 2000 (AGUILAR, 2005).

agendas. Nota-se o anseio por maior protagonismo internacional, mesmo que calcado em uma recuperação da clivagem Norte/Sul na política internacional.

Carros-chefe da nova diplomacia brasileira, estas alianças, com destaque ao IBAS e ao BRICS, conferem ao país uma nova possibilidade de inserção internacional na política global do século XXI. O Brasil tem se empenhado na construção dessa arquitetura uma vez que tem incentivado pela política de diversificação de parcerias a ampliação de suas exportações aos países do mundo em desenvolvimento. Tanto pelo fato desses países estarem crescendo e comprando mais alimentos e produtos básicos, itens importantes de nossa pauta de exportação, como devido às dificuldades impostas pelo protecionismo dos países ricos para os produtos competitivos de nosso país. Ademais, com o crescimento do comércio com China e Índia, as empresas brasileiras descobriram que existem outros importantes mercados a serem explorados além dos tradicionais parceiros comerciais europeus e norte-americanos (PAULINO, 2010).

Logo, a participação do Brasil nesses grupos – IBAS e BRICs – pode ser identificada como reflexo da busca por uma nova forma de inserção no cenário mundial, visto que a ordem internacional tem permitido a rearquitetura das forças globais. Sem apresentar rupturas significativas com seus paradigmas históricos, a política externa do Brasil no século XXI não deixa de dar a atenção devida às tradicionais parcerias, transformando e atualizando o passado ao mesclar equilibradamente as dimensões Norte-Sul e Sul-Sul, superando o debate enraizado nas relações internacionais do país, que tradicionalmente opunha essa duas tendências: a hemisférica-bilateral e a global-multilateral (PECEQUILO, 2008).

Ao avançar de maneira constante na integração física, política, econômica e comercial da América do Sul, e propor um rol de políticas de desenvolvimento aos países do eixo Sul, o Brasil busca legitimidade política doméstica e internacional para sua ambição de expansão do poder nacional em âmbito global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve ensaio buscou identificar as estratégias das potências emergentes que fazem parte do sistema e que procuram espaço de influência na desgastada ordem

hegemônica americana. Este período de vinte anos pós-bipolaridade, melhor caracterizado como uma ordem unipolar com características de multipolaridade, permite o reconhecimento de uma ordem composta por uma grande potência, Estados Unidos, e vários focos de poder também importantes. Conforme identifica Velasco (2003), o pós-Guerra Fria é um cenário de transição mas que não é determinista já que emerge de um choque de duas tendências opostas: a concentração de poder e o combate a esta concentração.

Assim, procurou-se desenvolver uma leitura que reafirmasse a configuração do sistema internacional a caminho de uma distribuição de poder mais equilibrada, que não prevê no curto prazo uma substituição da potência hegemônica, mas sim uma maior participação de outros atores na condução da ordem internacional. Tornando-se recorrentes exemplos de competição entre Estados Unidos e China por novos mercados na América Latina, ou a disputa no campo estratégico de fornecimento de suprimentos e tecnologia militar entre Estados Unidos e Rússia, ou ainda a pressão por parte de Índia, Brasil e África do Sul por reformas das instituições internacionais multilaterais, visando refletir a nova dimensão do poder global. Nesse sentido, buscamos auxiliar na elaboração de uma nova agenda de pesquisa disposta a prognosticar se os movimentos de coalizões anti-hegemônicas e alianças de geometria variável seriam capazes de conduzir a um processo de reforma da atual ordem internacional.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.), **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo, Ed. Usina do Livro, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

- BANDEIRA, L. A. Moniz. Brazil as a Regional Power and Its Relations with the United States. **Latin American Perspectives**, Issue 148, Vol. 33 No. 3, May 2006.
- BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- _____. A Leader Without Followers? The United States in World Politics after Bush. **The Global Policy Institute**, Policy Paper n.2, 2007.
- CERVO, Amado. L; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- COLIN, Roberto. **Rússia: o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.
- D’HOOGHE, Ingrid. The Rise of China’s Public Diplomacy. The Hague, Netherlands: Institute of International Relations Clingendael. **Diplomacy Papers** No. 12, 2007.
- FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 53 (1), 2010.
- FONSECA Jr., Gelson. Alguns Aspectos da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: **A Legitimidade e outras questões internacionais**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- GANGULY, Sumit. **India’s Foreign Policy: Retrospect and Prospect**. Oxford University Press, 2010.
- GUIMARÃES, Samuel. P. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- HAKIM, Peter. O Brasil em ascensão: os desafios e as escolhas de uma potência global emergente. **Política Externa**. Vol 19 no 1 jun/jul/ago, 2010.
- HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? London: **International Affairs**, nº 82, vol. I, 2006.
- _____. Brazil and the New Global Order. **Current History**, vol. 109, n. 724, 2010.
- IKENBERRY. John. G.; WRIGHT, Thomas. Rising Powers and Global Institutions. **The Century Foundation**: New York, 2008. Disponível em <www.tcf.org>.

- IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Rússia, Índia e China: comércio exterior e investimento direto externo. Brasília: **Comunicados IPEA**, Abr. 2010.
- KHANNA, Parag. **The Second World**. Londres: Penguin Books, 2008.
- LIANG, Wei. China: Globalization and the Emergence of a new *Status Quo* Power? **Asian Perspective**, Vol. 31, No. 4, 2007.
- LIMA, M. R. Soares de, e HIRST, Monica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, 2006.
- MACFARLANE, S. Neil. The 'R' in BRICs: is Russia an emerging power? **International Affairs**, v. 82, n. 1, 2006.
- MOHAN, C. Raja. Rising India: Partner in shaping the global commons? **The Washington Quarterly**: v.33, n.3, July 2010.
- NASSIF, Andre. National innovation system and macroeconomic policies: Brazil and India in comparative perspective. In: **United Nations conference on trade and development – UNCTAD**, No. 184, may, 2007.
- NARLIKAR, Amrita. Peculiar chauvinism or strategic calculation? Explaining the negotiating strategy of a rising India. London: **International Affairs**, nº 82, vol. I, 2006.
- _____. All that Glitters is not Gold: India's rise to Power. **Third World Quarterly**, Vol. 28, No. 5, 2007.
- OLIVEIRA, Marcelo. F. Alianças e Coalizões Internacionais do Governo Lula: o IBAS e o G-20. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 42, No. 2, 2005.
- _____; MORENO, Fernanda V. Negociações comerciais internacionais e democracia: o contencioso Brasil x EUA das patentes farmacêuticas na OMC. Rio de Janeiro: **Dados**, vol.50 no.1 2007.
- O'NEILL, Jim. BRICs and Beyond. **Goldman Sachs Report**, Nov. 2007.
- PANT, Harsh. **The US-India Nuclear Pact Policy**. Process, and Great Power Politics. New Delhi. Oxford University Press, 2011.

- PAULINO, Luis. A. Os BRICS e a economia mundial. In: POSSAS, Lúcia; SALA, J. Blanes (orgs). **Novos atores e relações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.
- PECEQUILO, Cristina S. Os EUA e o ciclo neoconservador: avaliações preliminares sobre a presidência George W. Bush. In: Fundação Alexandre de Gusmão. (Org.). **O Brasil No Mundo Que Vem Aí- II Conferência Nacional de Política Externa**. Brasília: FUNAG, 2008, v. 1.
- _____. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 51, No. 2, p. 136-153, 2008.
- PIRES, Marcos. C. O dragão chinês se levanta: transformações sociais e econômicas recentes na República Popular da China. São Paulo: **Revista de Economia Política e História Econômica**, p. 5-21, 2005.
- PUTIN, Vladimir. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation**. Disponível em: http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2002/04/18/0000_type70029type82912_70662.shtml
- RICE, Condoleezza. Rethinking the National Interest. American Realism for a New World. **Foreign Affairs**, Vol. 87, No. 4, 2008.
- SHENKAR, Oded. **O Século da China**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- SHEVTSOVA, Lilia. **Russia - Lost in transition- The Yeltsin and Putin legacies**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace. 2007.
- SOTERO, Paulo. Brazil's Rising Ambition in a Shifting Global Balance of Power. **Politics**. Vol 30 (S1), 2010.
- TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.
- VELASCO, Sebastião. C. Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. **Lua Nova**, n. 58, 2003.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo. F. Política externa no governo FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, Vol 15, No. 2, 2003.

_____; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. In: **Contexto Internacional**, Vol. 29, No. 2, 2007.

_____; RAMANZINI Jr., Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. **Revista Lua Nova**, São Paulo, No. 78, p. 37-75, 2009.

VIZENTINI, Paulo F. De FHC a Lula: Uma década de política externa (1995-2005) **Civitas**. Porto Alegre v. 5 n. 2 jul.-dez, 2005.

_____. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, P.; WIESEBRON, M. (org.). **Neohegemonia Americana ou Multipolaridade?** Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. New York and London: W. W. Norton & Company, 2008.

Artigo recebido dia 28 de Novembro de 2011. Aprovado em 03 de Janeiro de 2012

RESUMO

A crise relativa do poder americano indica a transformação das relações de poder no sistema internacional. O objetivo desse texto é demonstrar que nesse quadro de declínio do poder e influência americana um novo equilíbrio global pode ser estabelecido com a ascensão de novas potências como Brasil, Rússia, China e Índia.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem Global. Potências Emergentes. BRICS.

ABSTRACT

The crisis on the American power indicates the transformation of power relations in the current international system. This paper aims to present the characteristics of decline of American power and to demonstrate the new global balance which can be established by the rise of emerging powers like Brazil, Russia, India and China.

KEYWORDS

Global Order. Emerging Powers. BRICS.